



Universidade Federal do ABC – UFABC  
Centro de Matemática, Computação e Cognição – CMCC  
Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusiva – GPEEI-UFABC

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

### **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva: revisões após implementação da primeira turma**

Coordenação  
Professora Dra Priscila Benitez  
CMCC – UFABC

Coordenação adjunta  
Professora Dra Carla Rodriguez  
CMCC – UFABC

**Santo André – SP  
2022**

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Universidade Federal do ABC, Centro de Matemática, Computação e Cognição - CMCC

## 2. DENOMINAÇÃO DO CURSO

Curso de Especialização (*lato sensu*) em Educação Especial e Inclusiva (EEI)

## 3. DOCUMENTOS RELACIONADOS À APROVAÇÃO DO CURSO

- 3a sessão ordinária do Conselho do Centro de Matemática, Computação e Cognição (ConCMCC), realizada em 17 de abril de 2018
- ATO DECISÓRIO CONSUNI Nº 166, DE 27 DE JUNHO DE 2018
- ATO DECISÓRIO CONSEPE Nº 165, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

## 4. JUSTIFICATIVA DE REVISÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

A implementação da primeira turma do curso de Especialização em EEI está em andamento, na modalidade de Educação à Distância (EaD), desde outubro de 2020, com término previsto para 30 de setembro de 2022. A primeira turma teve 1.648 inscritos no curso. De um total de 350 matrículas, atualmente, o curso conta com 280 cursistas ativos, o que significa 80% de permanência estudantil até o momento, sendo que o curso teve início da oferta durante a pandemia de Covid-19. Após 12 meses de sua oferta foi possível realizar uma avaliação da viabilidade do PPC desenhado originalmente e, com isso, propor incrementos que possibilitassem uma formação continuada em Educação Especial de profissionais atuantes nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social que rompesse com o modelo médico, clínico e patologizante da deficiência, para estabelecimento das práticas educacionais inclusivas, nas escolas e universidades.

Desde a versão original de seu PPC, a proposta está fundamentada na Lei Brasileira de Inclusão – LBI (BRASIL, 2016), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), assim como na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (BRASIL, 2008), que estabelecem a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal, que perpassa desde a Educação Infantil, até o Ensino Fundamental, Médio e Superior e atribuem ao poder público a incumbência de criar, desenvolver, implementar, acompanhar e avaliar programas de formação inicial e continuada de professores, por meio de práticas pedagógicas inclusivas (BRASIL, 2016).

Após a revitalização dos eixos temáticos apresentados no IX Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), no ano de 2021, assim como a discussão qualificada acerca das práticas educacionais baseadas em evidências e, a importância de garantir uma formação especializada continuada por meio de serviços educacionais especializados, planejamento de apoios/suportes, assim como práticas de ensino universais que envolvam a pluralidade de estudantes matriculados nas escolas brasileiras, tornou-se necessário revisar os componentes curriculares do presente PPC.

A perspectiva da educação inclusiva é compreendida, de acordo com a PNEEPEI citada, enquanto “ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 1), sendo fundamentada na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 3). Essa concepção engloba um público-alvo mais abrangente, envolvendo “todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”, dentro de uma compreensão que busca incorporar o acesso de minorias sociais. A Declaração (UNESCO, 1994, p. 3) enfatiza ainda que os sistemas regulares de ensino “deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças

pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados”.

Para a devida implantação do sistema educacional inclusivo é necessário, portanto, garantir formação inicial e continuada de docentes que atuam na educação brasileira, desde a educação infantil até a universidade, de modo a garantir o aspecto transversal que envolve a educação especial, além de cumprir a meta nº 4 do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014 – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE e dá outras providências) que visa “universalizar, para a população de quatro a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

A estratégia 4.16 da meta 4 do PNE (BRASIL, 2014) destaca, ainda, a urgência de garantir a inclusão, nos “cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2014). Dessa maneira, é possível estabelecer o diálogo com quarto objetivo estabelecido na Agenda 30 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), que trata especificamente de “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

As propostas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas no presente Curso refletem, portanto, o conjunto de reformulações conceituais e estruturais para efetivar o direito de todas as pessoas à educação. Os dados do Censo Escolar de 1998 e 2014 evidenciam um aumento expressivo no número de matrículas em salas de aulas comuns, em escolas regulares de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. No ano de 1998, em torno de 200 mil estudantes estavam matriculados na educação básica, todavia, apenas 13% estavam em classes comuns. No ano de 2014, foram identificadas 900 mil matrículas desses estudantes, sendo que 79% estavam em salas de aulas comuns, o que representa um aumento significativo de matrículas em classes comuns. Tais dados justificam a proposição de cursos de formação continuada para toda equipe escolar envolvida com a educação, no sentido de garantir a proposição de um ensino inclusivo para todos os estudantes.

Nesse escopo, o curso visa cumprir as normativas brasileiras (BRASIL, 1996; 2008; 2016), além de proporcionar aos docentes diferentes possibilidades de conhecimentos fundamentados em evidência científica acerca de recursos, serviços e estratégias de acessibilidade, bem como elaborar e desenvolver o planejamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio da redução e, sempre que possível à eliminação de barreiras no processo de escolarização, especialmente, aquelas presentes na sala de aula comum. O curso, a partir da proposição dos componentes curriculares, favorecerá a construção de conhecimentos científicos nessa área de investigação, por meio de mecanismos que criem condições para a reflexão da prática pedagógica de cada cursista. Desta forma, o curso tem como objetivo criar condições de formação continuada em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, fundamentada em evidência científica em diálogo à prática educacional profissional, de modo que profissionais da Educação, de Saúde e Assistência Social possam atuar como agentes de transformação do cotidiano escolar, prioritariamente público, garantindo a equidade e qualidade do ensino para todas as pessoas.

O Curso articula-se ao Grupo de Pesquisa em EEI (GPEEI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), certificado pela Pró-Reitoria de Pesquisa

da UFABC, sob liderança da Professora Dra. Priscila Benitez, e está respaldado nas atividades extensionistas realizadas pelo GPEEI, como o I Encontro sobre Educação Especial e Inclusiva da UFABC, realizado em 2017, que contou com 440 inscrições da comunidade interna e externa, e o Curso de Extensão “Capacitação de profissionais para implementação das estratégias da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) com estudantes com TEA”, que ocorreu no primeiro quadrimestre de 2018 e, teve 402 inscritos, dentre os quais apenas 120 foram contemplados, devido à estrutura e restrição de espaço físico para os encontros presenciais. No ano de 2021, o Encontro sobre Educação Especial e Inclusiva da UFABC realizou sua sexta edição, em formato online, com transmissão ao vivo pelo Canal do YouTube do GPEEI-UFABC, contando com 765 visualizações até o momento. O Canal foi criado no ano de 2021, conta com 889 inscritos, sendo que até a sua criação, as atividades síncronas realizadas pelo GPEEI em parceria com a primeira turma do curso de Especialização em EEI eram transmitidas pelo canal do NETEL-UFABC, tais como, a I Jornada de Análise do Comportamento, realizada em dezembro de 2020 e a aula inaugural do Curso de Especialização em EEI, realizada em outubro de 2020, que conta com 3,5 mil visualizações.

Ademais, o GPEEI apresenta uma parceria sólida com a Gerência em Educação Inclusiva da Prefeitura Municipal de Santo André, bem como a Escola Estadual Inah de Mello, desde o ano de 2017 e, convênio com a Clínica CLIA: Psicologia, Saúde e Educação, desde o ano de 2019. Tais instâncias são responsáveis por identificarem suas demandas e proporem trabalhos conjuntos à Universidade, de modo a desenvolver um trabalho colaborativo pautado no tripé entre extensão, pesquisa e ensino.

Após avaliação das ações do GPEEI e oferta da primeira turma da Especialização, a última ação prevista em seu planejamento original realizado no ano de 2017, se referia a criação de um periódico interdisciplinar em Inclusão, no contexto da UFABC. Com a implementação da primeira turma do Curso de Especialização em EEI na UFABC, em conjunto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão da Inovação e à Biblioteca da UFABC, foi fundada a Revista Inclusão & Sociedade – RevIncluso, com lançamento do seu primeiro número no IX CBEE, em novembro de 2021. A equipe editorial conta com pesquisadoras e pesquisadores renomados na área, distribuídos nos diferentes estados brasileiros. O segundo número da revista contará com a publicação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da primeira turma do referido curso, com previsão de publicação para o mês de outubro de 2022.

Espera-se que a oferta da segunda turma do Curso possa atender a demanda de formação latente no ABC, em relação à Educação Especial e Inclusiva, tal qual formar uma rede de multiplicadores que empreguem de maneira concreta e coerente os conceitos previstos na Educação Inclusiva, no âmbito da Educação Especial, por meio de práticas pedagógicas inclusivas, elaboração de materiais didáticos acessíveis e atitudes sociais favoráveis ao processo inclusivo, com o propósito de disseminar práticas sociais plurais, que valorizem e respeitem a pluralidade de estudantes, a fim de garantir a equidade e inclusão educacional, em uma perspectiva transversal.

## **5. EQUIPE DOCENTE RESPONSÁVEL PELA OFERTA DAS DISCIPLINAS NA PRIMEIRA TURMA**

O Curso em EEI foi fruto de uma construção coletiva de diversos profissionais envolvidos na área da Educação Especial brasileira. A lista de docentes responsáveis pela oferta das disciplinas da primeira turma está documentada no item a seguir.

### **5.1 Docentes da UFABC alocadas/os no CMCC**

- Professor Dr. Marcelo S. Caetano – E-mail: marceloscaetano@gmail.com



- Professora Dra. Katerina Lukasova – E-mail: katerina.lukasova@ufabc.edu.br
- Professora Dra Maria Teresa Carthery Goulart – E-mail: teresa.carthery@ufabc.edu.br
- Professora Dra Mara Pasian – E-mail: mara.pasian@ufabc.edu.br

## 5.2 Docentes da UFABC alocadas no CCNH

- Professora Dra Kate Oliveira Kumada – E-mail: kate.kumada@ufabc.edu.br
- Professora Dra Claudia Regina Vieira – E-mail: claudia.vieira@ufabc.edu.br

## 5.3 Docente da UFABC alocada no CECS

- Professora Dra Luciana Pereira – E-mail: luciana.pereira@ufabc.edu.br

## 5.4 Técnico-administrativo na UFABC

- Professor Dr Carlos Eduardo Rocha dos Santos – E-mail: carlos.santos@ufabc.edu.br

## 5.5 Docentes externos à UFABC aprovados em processo seletivo da UAB-UFABC

- Professor Dr Bruno Jose Betti Galasso
- Professora Dra Cristina Miyuki Hashizume (UMESP)
- Professora Dra Alice Resende
- Professora Dra Katia Cristina Norões
- Professora Dra Fabiane Fogaça (UNITAU)
- Professora Dra Camila Domeniconi (UFSCar)
- Professora Dra Vanessa Paulino (UFSCar)

A equipe docente para oferta da segunda turma seguirá a mesma logística de oferta em andamento, ou seja, por meio de edital específico da UAB-UFABC.

## 6. OBJETIVOS

### 6.1 Geral

A proposta pedagógica da Especialização tem como objetivo geral implantar, ofertar e avaliar um curso de Educação Especial e Inclusiva que forneça subsídios teóricos e práticos fundamentados em evidências científicas, para instrumentalizar profissionais que atuam na área da Educação, Saúde e Assistência Social, a fim de garantir que, ao final do curso, espere-se que a/o concluinte seja capaz de delinear estratégias inclusivas no contexto social em que está inserido, sobretudo no sistema educacional, de modo a garantir a equidade.

### 6.2 Específicos

Ao final das disciplinas espera-se que a/o cursista seja capaz de:

- Compreender as questões históricas e normativas sobre as políticas afirmativas relacionadas à educação especial e inclusiva.
- Identificar e caracterizar as especificidades do público-alvo da educação especial e inclusiva, em termos biopsicossociais e linguísticos.
- Refletir sobre estratégias, práticas docentes e atividades educativas na perspectiva da educação especial e inclusiva.
- Realizar atividades de colaboração entre docentes, visando à elaboração e aplicação de projetos inclusivos na sala de aula comum, no contexto da escola pública brasileira.
- Possibilitar a interlocução entre as situações vivenciadas no cotidiano escolar e os saberes da educação especial e inclusiva.
- Elaborar, aplicar e avaliar projetos inclusivos na sala de aula comum, em uma perspectiva transversal de ensino, desde a educação infantil até a universidade.

## **7. PÚBLICO-ALVO DO CURSO**

O público-alvo envolve docentes da educação básica e superior, assim como profissionais das áreas da Saúde e Assistência Social que trabalham diretamente com a Educação Especial e Inclusiva, além de públicos afins. A justificativa para envolver um público diversificado no presente curso, se refere ao fato da Educação Especial ser compreendida enquanto modalidade de ensino transversal, que perpassa todas as etapas educacionais (BRASIL, 2008).

## **8. CARGA HORÁRIA**

O curso de Especialização é composto por 630 horas, distribuídas em 24 meses, conforme normativa vigente no Conselho Estadual de Educação de São Paulo – Resolução de 08-12-2016 que estabelece as normas para a Educação Especial no sistema estadual de ensino e, mais especificamente à Deliberação do Conselho do Estado de São Paulo 112/2012 que orienta sobre a formação de docentes em nível de especialização.

## **9. RECURSOS E DEFINIÇÕES DE FUNÇÕES**

A proposta pedagógica foi idealizada de maneira híbrida, de modo a atender um curso presencial ou semipresencial. Os locais de realização, número de professores e de tutores, bem como o número de vagas, o formato do processo seletivo, a definição da comissão julgadora e os critérios de matrícula e desligamento, o modelo de tutoria, o questionário de avaliação ao final do curso, infraestrutura para trabalho dos tutores serão definidos em cada oferta por meio de editais específicos. No caso de oferta semipresencial ou à distância, o edital específico descreverá o modelo de tutoria e os pólos com o respectivo número de vagas, em cada um deles. A equipe mínima necessária para oferta envolve a lista de profissionais destacados nos itens abaixo.

### **9.1 Professor(a) pesquisador(a) conteudista e formador(a) das disciplinas**

Professor(a) que atuará nas atividades de elaboração do material didático; desenvolvimento de pesquisas que envolvam a temática do curso; avaliação e produção do relatório final; acompanhamento, orientação e avaliação da formação, ministrando as disciplinas.

### **9.2 Professor(a) tutor(a)**

Professor(a) que atuará como tutor(a) acadêmico(a), mediando o processo pedagógico junto aos professores pesquisadores conteudistas, via meios tecnológicos de comunicação. É importante ressaltar que a tutoria pode seguir dois fluxos de trabalho, a depender do seu público-alvo. Na oferta da primeira turma, o trabalho foi dividido entre tutoria regular e tutoria AEE, nomenclatura esta atribuída pela CAPES. Ademais, também foi possível em alguns meses de oferta contar com a coordenação de tutoria para mediação da interação entre equipe.

### **9.3 Coordenador(a) de curso**

Professor(a) pertencente à instituição de educação superior proponente que atuará na coordenação acadêmica do Curso.

## **10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO**

O Curso terá uma carga horária de 630 horas/aula, distribuídos em dois eixos temáticos (fundamentação teórica e prática-pedagógica). O PPC orienta com relação ao formato híbrido do curso, ou seja, presencial, semipresencial e à Distância. Os encontros presenciais serão acordados no cronograma de oferta do curso, sendo que cada turma deverá

ter a sua oferta aprovada em um Conselho de Centro da UFABC. Assim, a oferta do curso está condicionada a um edital específico para cada turma, que definirá também o formato da oferta (presencial semipresencial ou à distância).

A Tabela 1 mostra a organização curricular dos eixos, disciplinas e respectivas cargas horárias.

Tabela 1. Organização dos eixos, disciplinas e carga horária

<b>Eixo</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Descrição</b>	<b>Carga horária</b>
Eixo 1: Fundamentação teórica (165 horas)	1	Preparo para uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem e introdução aos conceitos básicos da Educação Especial e Inclusiva	15 horas
	2	Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva	30 horas
	3	Cultura, identidade social e desdobramentos políticos em ações afirmativas governamentais e não governamentais	30 horas
	4	Neurociências e Educação Especial e Inclusiva	30 horas
	5	Aspectos biopsicossociais do público da Educação Especial	30 horas
	6	Metodologia da Pesquisa Científica em Educação Especial e Inclusiva	30 horas
Eixo 2: Teorias e práticas pedagógicas (465 horas)	7	Atendimento Educacional Especializado em uma perspectiva transversal de ensino: educação básica e superior	60 horas
	8	Introdução à Língua Brasileira de Sinais – Libras, escolas e classes bilíngues.	60 horas
	9	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem na Educação Especial e Inclusiva: intervenção precoce e Educação Infantil	60 horas
	10	Didática e acesso ao currículo: planejamento do ensino e Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)	30 horas
	11	Práticas Pedagógicas e arranjos de ensino na classe comum: coensino/ensino colaborativo e tutoria por pares	30 horas
	12	Tecnologia Assistiva e acessibilidade no contexto da classe comum e da classe hospitalar	30 horas
	13	Comunicação alternativa e aumentativa e estratégias para uso na classe comum e em espaços de educação não formal	30 horas
	14	Introdução ao Braille e à Audiodescrição	30 horas
	15	Introdução à Orientação e Mobilidade	30 horas
	16	Estágio Curricular I: desenvolvendo atitudes sociais favoráveis ao processo inclusivo (oferta ao final do 1º ano)	45 horas
	17	Estágio Curricular II: desenvolvendo atitudes sociais favoráveis ao processo inclusivo (oferta ao final do 2º ano)	60 horas
TCC	18	Orientação ao TCC	-

O Eixo 1 se refere ao grupo de disciplinas de fundamentação teórica em Educação Especial e Inclusiva (165 horas). O Eixo 2 agrupa as disciplinas teóricas e práticas pedagógicas na formação docente em Educação Especial e Inclusiva (465 horas). A organização curricular do curso seguiu as orientações da Deliberação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE 112/2012) que prevê em seu Artigo 3º que Cursos de Especialização em Educação Especial “terão carga horária mínima de 600 horas, das quais 500h dedicadas a atividades teóricas e/ou teórico-prático e 100h a estágio supervisionado”. Os

conteúdos programáticos, assim como as ementas das disciplinas, estão disponíveis no Apêndice A.

Dentre as estratégias pedagógicas que poderão ser utilizadas por docentes estão: discussão em grupo; debates (grupos com perguntas e respostas); aulas expositivas dialogadas; estudo e discussão dos textos científicos; produção de síntese, seminários e roteiros de estudo; desenvolvimento de práticas pedagógicas; atividades virtuais. O referido curso adotará a metodologia centrada na Discussão de Problemas, levando em consideração o ensino como uma ação humana que possibilita o estabelecimento de relações de liberdade dos participantes no sentido de discutir suas próprias posições, estar aberto à crítica e à mudança e reconhecer o espaço pedagógico efetivamente como um espaço formador de cidadania e democracia. O papel do docente será de participante e sujeito atuante da sua história, cuja ação pedagógica leva em consideração os aspectos sócio- históricos, econômicos, biológicos e culturais.

Com a utilização de um modelo centrado na análise da própria prática pedagógica, o discente será capaz de diagnosticar e intervir nos problemas identificados com fundamentação e, assim, desenvolver competências para a sua atuação em situações singulares. Nessa perspectiva de especialização, espera-se desenvolver um sentimento de busca constante para que exista um ambiente de aprendizagem significativa e que haja condições reais para o ensino e a aprendizagem. Diante do exposto, a ação metodológica terá um caráter investigativo e sistemático, por meio do qual a formação ocorrerá com uma ação dialógica que possibilitará ao discente ser mediador do conhecimento adquirido. Nas aulas, os discentes utilizarão diferentes recursos para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, bem como materiais didáticos apostilados elaborados pelos docentes para um melhor embasamento teórico.

Os recursos avaliativos serão definidas nos planos de ensino de cada disciplina, a ser descrito por cada docente. Alguns exemplos de atividades que poderão ser adotadas são: atividades avaliativas individuais e em grupos, seminário, avaliação dissertativa, trabalho de conclusão de curso.

## **11. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, INSTITUCIONAL E MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO**

Além da avaliação da aprendizagem de cursistas, efetuada por meio de exercícios de fixação, leituras e atividades complementares – avaliação formativa e avaliação final – somativa, pretende-se efetuar uma avaliação global ao longo do curso, de modo a envolver todos os componentes do ensino que contribuem para a qualidade do processo ensino e aprendizagem. Desse modo, a/o cursista avaliará o material didático disponível, bem como a própria sistemática de avaliação empregada.

Pretende-se ainda, futuramente, incluir a avaliação dos egressos dos cursos realizados, sua inserção no mercado de trabalho e sua atuação no campo profissional. Com tal sistemática de avaliação, vislumbra-se manter constante o fluxo de informações, permitindo aperfeiçoar o ensino ministrado e primar por sua qualidade. A avaliação, neste curso, está voltada para aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do aluno e do curso em geral. A avaliação do rendimento de cursistas para fins de promoção, certificação ou diplomação, realizar-se-á no processo por meio de exames presenciais, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto. Como se trata de um curso de Pós-Graduação lato sensu, pelo seu caráter diferenciado, será acompanhado e avaliado em todos os seus aspectos, de forma sistemática, contínua e abrangente.

## 11.1 Avaliação da Aprendizagem do Discente

A avaliação da aprendizagem é considerada parte integrante do processo de ensino. O Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva propõe a adoção de um processo avaliativo ao longo do curso, de modo a permitir a reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa e processual. Diferentes instrumentos de avaliação poderão ser utilizados, tais como exercícios, provas, testes, experimentos, estudos de caso, e questionários, a depender do edital específico da oferta do curso e da natureza da disciplina. O edital específico de oferta também estabelecerá diretrizes para o Trabalho de Conclusão do Curso, o qual será avaliado em termos de apresentação formal e de conteúdo. O discente contará com a orientação de um professor da área que corresponde ao tema por ele escolhido. É importante ressaltar que os trabalhos aprovados serão selecionados para possível publicação em livro ou periódicos da área, com renomada indexação e divulgados em um Seminário de encerramento interdisciplinar.

De acordo com o Regimento da Comissão de Especialização (CoE) da UFABC - Anexo do Ato Decisório ConsUni nº 174 serão adotados os conceitos A, B e C como aprovados e, F reprovado, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Conceitos utilizados na avaliação de desempenho dos alunos (Resolução ConsEPE nº 147/2013)

Conceitos	Desempenho
A	Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso da matéria.
B	Bom desempenho, demonstrando capacidade boa de uso dos conceitos da disciplina
C	Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina e habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e capacidade adequada para seguir adiante em estudos mais avançados.
F	Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para a obtenção de crédito.

A avaliação acontecerá ao longo do curso, de modo a permitir a reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa e processual. Os instrumentos de avaliação poderão ser tantos quantos forem necessários, utilizando-se para isso exercícios, provas, testes, experimentos, estudos de caso, e questionários, a depender do edital específico da oferta do curso.

O trabalho final do curso será definido pelo edital específico de oferta. Ele será avaliado em termos de conteúdo e de apresentação formal. O discente contará com a orientação de um professor da área que corresponde ao tema por ele escolhido. É importante ressaltar que os trabalhos aprovados serão selecionados para possível publicação em livro ou periódicos da área, como é o caso da Revincluso – Revista Inclusão e Sociedade da UFABC, e divulgados em um Seminário de encerramento interdisciplinar.

A recuperação como mecanismo de avaliação é um direito de cursistas e será ofertada ao término de cada disciplina, pelo/a docente responsável que será selecionado/a por edital específico.

## 12. CERTIFICAÇÃO

O discente fará jus ao Certificado do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva reconhecido pelo MEC, emitido pela Universidade Federal do ABC, se totalizar 630 horas de curso, com aprovação em disciplinas dos dois eixos, além de ser aprovado no

Trabalho de Conclusão de Curso. Cabe à instituição proponente, UFABC, expedir os certificados. Neste caso, o critério para a expedição dos certificados será definido para cada oferta.

### 13. PERFIL DO EGRESSO

A formação do egresso prevê condições para o desenvolvimento da pesquisa científica educacional, assim como para a modificação da prática pedagógica em sala de aula, no sentido de propor estratégias inclusivas. Como consequência desta formação, espera-se ainda que o egresso tenha acumulado saber científico e desenvolvido práticas de docência na perspectiva da educação inclusiva. Serão dois os eixos de formação do egresso:

**13.1 Eixo da construção do conhecimento:** utiliza-se da programação teórica e teórico-prático das disciplinas oferecidas pelo Curso para oferecer domínio do método científico, dos referenciais éticos que regem sua atuação profissional e do conhecimento científico sobre educação especial e inclusiva. Os componentes curriculares serão implementados, em sua grande maioria, sob a forma de aulas presenciais ou semipresenciais, práticas pedagógicas e revisão bibliográfica atualizada, buscando-se, como moderadores, professores com notável saber e experiência nos temas abordados. Durante o programa, os alunos serão estimulados à participação em atividades de divulgação científica, como comunicações em congressos da especialidade, ou publicações de artigos científicos, entre outros. Estas atividades serão supervisionadas e parcialmente conduzidas pela coordenação do Curso, em parceria com outras instituições de ensino, como estratégia fundamental de preparo para as futuras publicações.

**13.2 Eixo do preparo para a docência:** será realizada por meio de um conjunto de atividades desenvolvidas junto aos componentes curriculares do Curso, assim como nas atividades dos programas de formação e qualificação de recursos humanos programados pela UFABC. Estas atividades serão elaboradas pela Coordenação e supervisionadas pelo docente titular ou pela equipe responsável do Curso. Essas ações deverão despertar no cursista o interesse pela pesquisa como instrumento de compreensão dos problemas relacionados à sala de aula heterogênea e assegurar o domínio do método científico como ferramenta da pesquisa de modo a capacitá-los para a docência, em uma sala de aula regular inclusiva.

### 14. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Decreto n.º 3.956*, de oito de outubro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm) Acesso em 14 set 2017.

BRASIL. *Decreto n.º 5296*, de dois de dezembro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70) Acesso em 02 jun 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação*. 2. ed. Brasília: MEC, 2006.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. 2008. Acesso em: 10 maio, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>

BRASIL. *Lei 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/4-educacao-especial-inclusiva>>. Acesso em: 13 de mar. de 2018.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

JANUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, n. spe1, p. 41-58, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil. História e Políticas públicas*. 5. Ed. São Paulo; Ed.: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 11, n.º 33, set. / dez. 2006

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. *Educ. rev.*, v. 41, p. 80-93, 2011.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar em revista*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

RODRIGUES, David (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva*. \_\_\_\_\_. *Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão. *Ponto de Vista*, v. 1, n. 1, p. 4-13, 1999.

OMOTE, S. *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe, 2004.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca: Espanha.

UNESCO. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Acesso em: 10 fev. 2016. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

## APÊNDICE A CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E EMENTAS DAS DISCIPLINAS

### **Eixo 1: Disciplinas de fundamentação teórica em Educação Especial e Inclusiva (165 horas)**

#### ***Disciplina 1: Preparo para uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem e introdução aos conceitos básicos da Educação Especial e Inclusiva (15 horas)***

- Noções básicas sobre o ambiente digital para uso durante o curso, tanto na oferta presencial, como semipresencial. Os objetivos específicos do referido módulo serão definidos, de acordo com o edital da oferta.
- Introdução aos conceitos básicos em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

#### ***Bibliografia***

ASSOCIAÇÃO Brasileira de normas técnicas. *Normas da ABNT*. Disponível em: <http://www.tccmonografiaseartigos.com.br/regras-normas-formatacao-tcc-monografias-artigos-abnt>. Acesso em: 23/02/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. 2008. Acesso em: 10 maio, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira; SOUZA, Marcia Maurilio; PAGAIME, Adriana. *Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva*. São Paulo: UFABC, 2021.

#### ***Disciplina 2: Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva (30 horas)***

- Perspectivas históricas e conceituais da Educação Especial e Inclusiva.
- Pressupostos sociais, educacionais e políticos da Educação Especial e Inclusiva.
- Conceituação da Educação Inclusiva e da Educação Especial, do Ensino inclusivo e da Inclusão Social.
- Inclusão, sociedade, família e escola.

#### ***Bibliografia***

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n.º 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Acesso em: 01/03/2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

JANUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.



KUMADA, Kate Mamhy Oliveira; SOUZA, Marcia Maurilio; PAGAIME, Adriana. Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva. São Paulo: UFABC, 2021.

MAZZOTTA MJS. Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.

RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva. \_\_\_\_\_. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

STAINBACK S, STAINBACK W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 01/03/2018

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 01/03/2018.

### ***Disciplina 3: Cultura, identidade social e desdobramentos políticos em ações afirmativas governamentais e não governamentais (30 horas)***

- Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional
- Equidade, igualdade, desigualdade social: ações afirmativas internacionais e nacionais
- Enfrentamento ao racismo, promoção da equidade racial, pluralidade étnico-racial e educação indígena
- Compreender o lugar político da cultura, discutindo os desdobramentos teóricos e políticos recentes do conceito de cultura, a partir da relação central entre identidades.
- Conhecer e desenvolver os processos subjetivos e coletivos que caracterizam o reconhecimento da identidade de diferentes grupos, considerando os aspectos culturais, a memória social e a afirmação de processos histórico-culturais, bem como raça e etnia; gênero e sexualidade; migrações e territorialidades; fundamentos e políticas multiculturais; cidadania, direitos de grupo e direitos universais; identidades nacionais; políticas e cultura.

### ***Bibliografia***

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n.º 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Acesso em: 01/03/2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996.



CAPPELLIN, P. Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. In: CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA.: Discriminação positiva, ação afirmativa: em busca da igualdade. Brasília: CFEMEA, p.13-31, 1995.

CARMEN, A., SANTOS. A. R. dos, Educação Multicultural – Teoria e Prática para Professores e Gestores da Educação. Editora: Ciência Moderna. 2009

DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais - entrevista com Colin Barnes. SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan./jun. 2013. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/9514/0](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9514/0)>.

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOMES, Nilma Lino (Org.) ; SILVA, P. B. G. (Org.) . Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 116p

GUIMARÃES, A. S. A. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação BrasilEstados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.233-242.

MOREIRA, A. F., CANDAU, V. M. (orgs). Multiculturalismo Diferenças Culturais e Práticas Pedagógica. 2ª edição - Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2008.

SANTOS, S. A. Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005.

SILVA, P. B. G.; MORAIS, D. S. (Org.). Ações Afirmativas - Perspectivas de pesquisas de estudantes da reserva de vagas. 1a. ed. São Carlos: UdUFSCar - Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2015. v. 1. 273p

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 01/03/2018

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 01/03/2018.

#### ***Disciplina 4: Neurociências e Educação Especial e Inclusiva (30 horas)***

- Identificar como o conhecimento na área de Neurociências pode contribuir na proposição de estratégias educacionais
- Fundamentos neurobiológicos dos processos psicológicos.
- Neurociências como processamento e aquisição da linguagem.
- Aquisição de L1 (primeira língua) e L2 (segunda língua).
- A natureza da relação entre cérebro, sintaxe e percepção.
- Sistema nervoso e suas relações com a gramática.
- Neurociências e Público-alvo da Educação Especial.
- Estruturas cerebrais implicadas na linguagem e cognição.



- Alteração da linguagem e da comunicação no desenvolvimento escolar.
- Avaliação da atividade linguística e comunicativa, os mecanismos de recuperação e reabilitação da linguagem.

### *Bibliografia*

CONSENZA, R. M., GUERRA, L. B. *Neurociência e Educação* - Como o Cérebro Aprende. Artmed. Porto Alegre. 2011.

GAZZANIZA, M. *O Cérebro Social: a descoberta das redes do pensamento*. São Paulo. Editora Instituto Piaget, 1995.

NEWRA T. R, LYGIA O., RUDIMAR dos S. R., *Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar*, Grupo A Educação. São Paulo. 2015.

RELVAS, M. P. *Neurociência e Transtornos de Aprendizagem - As Múltiplas Eficiências para uma Educação Inclusiva*. Wak Editora. 6ª edição. Rio de Janeiro. 2015.

LAMEIRA, AP; GAWRYSZEWSKI, LG; PEREIRA JR, A. Neurônios-espelho. *Psicologia USP*, 17(4), 123-133, 2006.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, RD. *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

PALACIOS, J. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. Artmed, 2004.

PRIMI, R. *A Inteligência Fluida: Definição fatorial, cognitiva e neuropsicológica*. Paidéia (Ribeirão Preto), vol.12, n.23, p.57-75, 2002.

STERNBERG, RJ. *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Artmed, 2008. GAZZANIGA, M. S.; IVRY, R. B.; MANGUN, G. R. *Neurociência cognitiva: A biologia da mente*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

### ***Disciplina 5: Aspectos biopsicossociais do público da Educação Especial (30 horas)***

- Definição e caracterização comportamental do público-alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PAEE): pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação
- Modelo da seleção natural do comportamento: filogênese, ontogênese e cultura
- Programação, condições de ensino e aprendizagem na perspectiva da Análise do Comportamento
- Escola como espaço de fronteira: formação de equipe interdisciplinar
- Escola, currículo e ensino de qualidade para todas as pessoas
- Cultura e históricos de acesso ao direito à educação do PAEE no Brasil e protagonismo do PAEE: narrativas, diagnósticos, história de vida

### *Bibliografia*

APA. Associação Americana de Psiquiatria. (2013). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – texto revisado*. (5a. ed.) Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

CAIADO, K. R. G.; BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. Deficiência mental e deficiência intelectual em debate. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

COLL, César; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação v. 3: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JANUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MILANEZ, S. G. C.; OLIVEIRA, A. G. S.; MISQUIATI, A. R. N. *Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais de desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 01/03/2018

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 01/03/2018.

### ***Disciplina 6: Metodologia da Pesquisa Científica em Educação Especial e Inclusiva (30 horas, oferta ao final do primeiro ano de curso)***

- Elaboração de proposta de projeto de TCC em Educação Especial e Inclusiva a ser publicado em número temático em um número da Revincluso – Revista Inclusão e Sociedade da UFABC.
- Elementos obrigatórios que compõem um TCC.
- Normas ABNT/APA.

#### ***Bibliografia***

ASSOCIAÇÃO Brasileira de normas técnicas. *Normas da ABNT*. Disponível em: <http://www.tccmonografiaseartigos.com.br/regras-normas-formatacao-tcc-monografias-artigos-abnt>. Acesso em: 23/02/2017.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

### **Eixo 2: Disciplinas teóricas e práticas pedagógicas na formação docente em Educação Especial e Inclusiva (465 horas)**

#### ***Disciplina 7: Atendimento Educacional Especializado em uma perspectiva transversal de ensino: educação básica e superior (60 horas)***

- Recursos e sala de recursos multifuncional, mediação pedagógica, AEE complementar e/ou suplementar, programas de enriquecimento curricular
- AEE e ensino de língua e códigos específicos para comunicação e sinalização
- AEE e estratégias pedagógicas na educação infantil: intervenção precoce
- AEE e estratégias pedagógicas no ensino fundamental

- AEE e estratégias pedagógicas na educação de jovens e adultos e educação profissional na transição e inserção no mundo do trabalho
- AEE e estratégias pedagógicas na educação indígena, do campo e quilombola
- AEE e educação superior
- AEE e educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras
- AEE e ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia.

### *Bibliografia*

BRASIL. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. Coordenação geral SEESP/MEC. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. *Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica*. São Paulo: Laramara, 1997.

CAIADO, K. R. G.; BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. Deficiência mental e deficiência intelectual em debate. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

COLL, César; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação v. 3: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DAMÁZIO, M. F. M. *Atendimento educacional especializado – pessoa com surdez*. SEESP, SEED: MEC, 2007.

JANUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MILANEZ, S. G. C.; OLIVEIRA, A. G. S.; MISQUIATI, A. R. N. *Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais de desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. *Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da*



Grande Dourados. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n.spe, p. 105-113, 2018. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018056>

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. *Atendimento educacional especializado: deficiência visual*. SEED, MEC: Brasília, 2007.

SCHIMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACEDO, R. *Atendimento educacional especializado: deficiência física*. SEED, MEC: Brasília, 2007.

### **Disciplina 8: Introdução à Língua Brasileira de Sinais – Libras, escolas e classes bilíngues (60 horas)**

- Ensino de Libras como primeira língua (L1) e língua portuguesa como segunda língua (L2) na modalidade escrita: perspectiva bilíngue.
- Ensino bilíngue, escola e classe bilíngue.
- Prática em Libras

#### *Bibliografia*

SKLIAR, C.(Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos*. São Paulo: EdUFSCar, 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200004>.

### **Disciplina 9: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem na Educação Especial e Inclusiva: intervenção precoce e Educação Infantil (60 horas)**

- O processo de construção social da deficiência
- Aspectos do desenvolvimento infantil e implicações educacionais
- Perfil dos alunos da educação inclusiva e do público-alvo da educação especial e suas características linguísticas e biopsicossociais
- Intervenção precoce: princípios, caracterizações, procedimentos de ensino

#### *Bibliografia*

COLL, César; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação v. 3: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. *Inclusão Escolar de alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MENDES, E. G. *Inclusão marco zero: começando pelas creches*. 2ª. ed. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2013.

STAINBACK S, STAINBACK W. *Inclusão: um guia para educadores*. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

WILLIAMS, L .C. A; AIELLO, A. L. R. *O Inventário Portage Operacionalizado: intervenção com famílias*. São Paulo: Memnon, 2001.

***Disciplina 10: Didática e acesso ao currículo: planejamento do ensino e Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) (30 horas)***

- Planejamento Educacional Individualizado (PEI)
- Análise de Escalas de Desenvolvimento Humano (infantil, adolescência e adulta, velhice) e relação com a modalidade de ensino (educação infantil, ensino fundamental e médio, EJA, superior), assim como a relação com apoio/suporte, etc
- Currículo Funcional/Natural em Educação Especial e procedimento de ensino por meio de análise da tarefa
- O DUA e a inclusão escolar: princípios, diretrizes e pontos de verificação para o planejamento educacional
- Avaliação e DUA: planejamento educacional
- Formação e atuação docente para diferentes contextos educacionais.
- Enriquecimento/Suplementação curricular, aprofundamento curricular e comportamento talentoso

***Bibliografia***

BRASIL. Coordenação geral SEESP/MEC. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CAST. **Universal Design for Learning: Theory & Practice**. Disponível em: <https://www.cast.org/products-services/resources/2014/universal-design-learning-theory-practice-udl-meyer> Acesso em 03 nov. 2021.

MENDES, E. G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. 2ª. ed. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2013.

MENDES, E. G.; CIA, F.; CABRAL, L . S. A. (Org.) . Inclusão Escolar e os Desafios para a Formação de Professores em Educação Especial. 1. ed. São Carlos: Marquezine & Manzine, 2015. v. 3. 530p .

PEREIRA, D.; NUNES, D. Diretrizes para a elaboração do PEI como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 3, n. 63, p. 939-960, out./dez, 2018.

SONZA, A.; VILARONGA, C.; MENDES, E. Os NAPNE's e o plano educacional individualizado nos Institutos Federais de Educação. *Revista Educação Especial*, v. 33, e69, p. 1-24, 2020. <https://doi.org/10.5902/1984686X52842>

STAINBACK S, STAINBACK W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TANNUS-VALADÃO, G. Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos-SP, 2013.



TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230076, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230076>

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, v. 22., n. 2, p. 147-155, abr./jun. 2018.

***Disciplina 11: Práticas Pedagógicas e arranjos de ensino na classe comum: coensino/ensino colaborativo e tutoria por pares (30 horas)***

- Ensino colaborativo (ou coensino).
- Práticas escolares inclusivas, formação e atuação docente para diferentes contextos educacionais.
- Atividades práticas e oficinas de materiais pedagógicos.
- Elaboração e construção de projetos por meio de portfólios: contribuições da Pedagogia de Projetos.
- Sala de recursos multifuncionais e o atendimento educacional especializado
- Práticas escolares inclusivas e estratégias de tutoria por pares

***Bibliografia***

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a educação inclusiva. *Educere et Educere*, Unioeste, Campus Cascavel, Vol. 2 no 4 jul./dez. 2007 p. 113-128.

MAZZOTA Marcos José Silveira. Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial. São Paulo: EPU, 1993.

MALHEIRO, C.A.L.; MENDES, E. *Sala de recursos multifuncionais: formação, organização e avaliação*. 1. ed. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

MARINS, K. C. ; LOURENÇO, G. F. . AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE TUTORIA POR PARES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. *CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. ONLINE)*, v. 51, p. e07218, 2021

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A.; ZERBATO, A. P. *Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar*. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. *Educ. rev.*, v. 41, p. 80-93, 2011.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar em revista*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010)>. Acesso em: 2 fev. 2017.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 239, p.139-151, 2014. <https://doi.org/10.1590/S2176-66812014000100008>



VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Formação de professores como estratégia para realização do coensino. **Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, p. 19-31, 2017. <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2018.v4n1.03.p19>

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves; ZERBATO, Ana Paula. O trabalho em colaboração para o apoio à inclusão escolar: da teoria à prática docente. **Interfaces da Educação**, v. 7, n. 19, p. 66-87, 2016. <https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.1029>

**Disciplina 12: Tecnologia Assistiva e acessibilidade no contexto da classe comum e da classe hospitalar (30 horas)**

- Acessibilidade: conceitos, diretrizes legais, barreiras
- Tecnologia Assistiva: definição, objetivos, características, informática na Educação Especial e a mediação pedagógica, recursos em hardware (mouses, teclados, impressoras especiais, acionadores e dispositivos especiais, monitor tátil, teclados de conceitos, vocalizadores), recursos em softwares (simuladores de mouses e teclados; teclados virtuais; leitores e ampliadores de tela; áudio livros; livros digitais).
- Classe hospitalar, estratégias pedagógicas e demandas de trabalhos educacionais em espaços não formais de educação.

**Bibliografia**

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: CEDI, 2008. Disponível em: [http://200.145.183.230/TA/4ed/material\\_apoio/modulo2/M2S1A5\\_introducao\\_TA\\_Rita\\_Bersch.pdf](http://200.145.183.230/TA/4ed/material_apoio/modulo2/M2S1A5_introducao_TA_Rita_Bersch.pdf). Acesso em 16 de abril de 2012.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. Consultoria colaborativa a distância em tecnologia assistiva para professores. **Cadernos de Pesquisa** [online], v. 46, n. 162, p. 1100-1123, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143562>.

CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 229-244, jan./mar. 2018. <https://doi.org/10.5902/1984686X18825>

GONÇALVES, A. G.; PACCO, A. F. R. . Planejamento Educacional Individualizado na Classe Hospitalar: apontamentos de professores em um curso de formação reflexiva colaborativa. **ENSINO EM RE-VISTA**, v. 28, p. 1-20, 2021.

PACCO, A. F. R. ; GONÇALVES, A. G. . Atendimento Educacional Hospitalar: revisão sistemática entre os anos de 2013 e 2018. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 4, p. 19-39, 2019.



**Disciplina 13: Comunicação alternativa e aumentativa (CAA) e estratégias para uso na classe comum e espaços de educação não formal (30 horas)**

- Comunicação alternativa e aumentativa: indicações, tipos (comunicação gestual/corporal; oral/fala, gráfica, tecnológica, formas de recursos, sistemas simbólicos automatizados).
- Estratégias de uso na classe comum e em espaços de educação não formal

**Bibliografia**

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. 2008. Acesso em: 10 maio, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>

PETRONI, N. N. ; BOUERI, I. Z. ; LOURENÇO, G. F. . Introdução ao uso do Tablet para Comunicação Alternativa por uma Jovem com Paralisia Cerebral. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, v. 24, p. 327-342, 2018

**Disciplina 14: Introdução ao Braille e à Audiodescrição (30 horas)**

- Introdução ao sistema de escrita e leitura Braille e noções básicas de Sorobã
- Audiodescrição: principais técnicas e fluxo de trabalho
- Formação de conceitos e construção de conhecimentos em pessoa com deficiência visual
- Teorias e práticas pedagógicas: recursos de acessibilidade e de tecnologia da informação e comunicação, produção de material.

**Bibliografia**

AZEVEDO, T. L. ; RIOS, G. A. ; BATALIOTTI, S. E. ; LOURENÇO, G. F. . Uso da audiodescrição no brincar de uma criança com síndrome de down na educação infantil. *REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL*, v. 32, p. 1-15, 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Grafia Braille para a Língua Portuguesa*. 2. edição. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille*. 2. edição. Brasília: MEC, 2006.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. *Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica*. São Paulo: Laramara, 1997.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. *Atendimento educacional especializado: deficiência visual*. SEED, MEC: Brasília, 2007.

**Disciplina 15: Introdução à Orientação e Mobilidade (30 horas)**

- Orientação e Mobilidade
- Guia-vidente: principais técnicas.
- Deslocamento em trajetos curtos e longos, mobilidade

## *Bibliografia*

BRASIL. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Brasil. (2016). *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. Acesso em: 21 mar 2017. Recuperado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

## ***Disciplinas 16 e 17: Estágio Curricular I e II: desenvolvendo atitudes sociais favoráveis ao processo inclusivo (105 horas, sendo 45 horas ao final do 1º ano e 60 horas ao final do 2º ano)***

- Atitudes sociais, barreiras e inclusão
- Escala de Atitudes Sociais em relação à Inclusão – ELASI.
- Organização do contexto da atuação pedagógica: contextualização do espaço escolar, contextualização da proposta pedagógica.
- Atuação no contexto especializado e na classe comum: planejamento didático-pedagógico, análise e avaliação da atuação pedagógica em diferentes espaços educacionais.
- Relatório de estágio: elaboração do relatório das unidades desenvolvidas na atuação pedagógica, apresentação e defesa do relatório de estágio.

## *Bibliografia*

MONICO, Patrícia Aparecida; MORGADO, Liz Amaral Saraiva; ORLANDO, Rosimeire Maria. Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: levantamento de produções. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n.spe, p. 41-48, 2018. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/040>

OMOTE, S. (2005). A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: Notas preliminares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 1, p. 33-47

RIBEIRO, Daniela Mendonça; MELO, Nínive Rodrigues Cavalcanti de; SELLA, Ana Carolina. A inclusão de estudantes com autismo na rede municipal de ensino de Maceió. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 58, p. 425-440, maio/ago. 2017. doi: <https://doi.org/10.5902/1984686X25264>

STAINBACK S, STAINBACK W. *Inclusão: um guia para educadores*. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TORRES, Josiane Pereira; MENDES, Enicéia Gonçalves. Formação de professores de ciências exatas numa perspectiva inclusiva. **Revista Insignare Scientia**, v. 1., n. 3, p. 1-21, 2018. <https://doi.org/10.36661/2595-4520.2018v1i3.10596>